



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA COM A DESIGNAÇÃO DE:
“REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA TORRE DO RELÓGIO – ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO”

Cláusula 1.ª

Identificação do objeto do contrato e do procedimento

1 – Consulta Prévia, no âmbito do regime geral do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, cujo objeto é a execução da empreitada de com a designação de **“Requalificação do edifício da Torre do Relógio – Antigos Paços do Concelho”**, cuja referência é **CP 10-2020**, conforme o Caderno de Encargos e o Projeto de Execução que acompanha o presente convite.

2 – O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante / órgão responsável / esclarecimentos

1 – A entidade adjudicante é o Município de Mora, pessoa coletiva n.º 501129103, com sede na Rua do Município, 7490-243 Mora. Todos os esclarecimentos deverão ser pedidos em formato digital e inseridos na plataforma eletrónica da “VORTAL”, ver site da internet “pt.vortal.biz”, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, redação atual. Em alternativa, como recurso, contactar a Divisão de Obras e Urbanismo (DOU), rua do Município, 7490-243 Mora, com o telefone (351) 266 439 070, fax (351) 266 403 260, das 10 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas, todos os dias.

2 – O órgão competente para a decisão de contratar: **Câmara Municipal de Mora**.

3 – Os esclarecimentos de que, porventura, os concorrentes careçam, relativamente à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, podem ser solicitados por escrito, ao **Júri do Procedimento**, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, para o endereço indicado no número 1 da cláusula 2.ª. O **Júri do Procedimento** responderá, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (ou, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, se o mesmo for inferior a 9 dias, artigo 116.º do CCP).

15



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

4 – Nos pedidos de esclarecimentos os concorrentes deverão identificar-se e indicar o endereço e números de telefone, fax e o respetivo endereço eletrónico, cumprindo integralmente o disposto no artigo 74.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Cláusula 3.ª

Fundamentação da escolha do procedimento

1 – Dada a natureza premente da necessidade a satisfazer e o prazo estipulado, considera-se que o procedimento que garante a maior eficácia é o **Concurso Público** nos termos e de acordo com o previsto no artigo 19.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Erros e omissões

1 – Os concorrentes devem, se for o caso disso, até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, apresentar a lista, na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP.

2 – O **órgão responsável decisão de contratar** responderá, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (ou, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, se o mesmo for inferior a 9 dias, artigo 116.º do CCP).

Cláusula 5.ª

Local, prazo e forma de entrega da proposta

1 – As propostas deverão, sob pena de exclusão, ser entregues exclusivamente em formato digital e inseridos na plataforma eletrónica da “VORTAL”, ver site da internet “pt.vortal.biz”, no âmbito do disposto no CCP. A data limite para a entrega de propostas é até às **17:00 do 21.º dia a contar da data do envio do anúncio** (não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento “envio do anúncio” a partir do qual o prazo começa a correr).

2 – Os documentos que constituem a proposta ou a candidatura deverão, sob pena de exclusão, apresentados exclusivamente em formato digital e inseridos na plataforma eletrónica da “VORTAL”, ver site da internet “pt.vortal.biz”, no âmbito do disposto no CCP.

Cláusula 6.ª

Elementos que a proposta deve conter

Programa do Procedimento

“Requalificação do edifício da Torre do Relógio – Antigos Paços do Concelho”



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

15

1 – O concorrente deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP (ver modelo da declaração em anexo), assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Proposta de acordo com o modelo constante do Anexo A do presente documento;
- c) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no Projeto de execução;
- d) Declaração, elaborada nos termos do número 4 do artigo 60.º do CCP, onde se indique os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar, correspondentes às habilitações contidas Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas (ver cláusula VI.3);
- e) Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º do CCP (inclui plano de trabalhos, plano de mão-de-obra, plano de equipamento, plano de pagamentos e cronograma financeiro).

2 – Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, sem prejuízo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

3 – Os documentos referidos no número 1 devem ser assinados, recurso a certificado qualificado de assinatura eletrónica, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 4.º do CCP.

4 – Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

5 – Nos casos em que o certificado qualificado de assinatura eletrónica não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.

6 – O concorrente deverá ser detentor de Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas contendo as seguintes habilitações:

- a) 1ª subcategoria “Estruturas e elementos de betão” da 1ª categoria “Edifícios e património construído”, de classe correspondente ao valor total da sua proposta;
- b) 4ª subcategoria “Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias” da 1ª categoria “Edifícios e património construído”, de classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que respeitem;

V



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

- c) 5ª subcategoria “Estuques, pinturas e outros revestimentos” da 1ª categoria “Edifícios e património construído”, de classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que respeitem;
- d) 1ª subcategoria “Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 kVA” da 4ª categoria “Instalações elétricas e mecânicas”, de classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que respeitem;
- e) 12ª subcategoria “Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração” da 4ª categoria “Instalações elétricas e mecânicas”, de classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que respeitem.

Cláusula 7.ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

1 – Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 8.ª

Propostas variantes

1 – Não serão aceites propostas variantes nos termos do número 7 do artigo 59.º do CCP.

Cláusula 9.ª

Critério de adjudicação

1 – O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela seguinte modalidade: **avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar**, nos termos do artigo 74.º do CCP.

Cláusula 10.ª

Contratos, prestação de caução ou garantia

1 – Será celebrado contrato escrito nos termos do artigo 96.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP. As custas inerentes ao mesmo são da responsabilidade do adjudicatário.

2 – **Será exigida**, nos termos do número 2 do artigo 88.º do CCP, **a prestação de caução ou garantia** dado o preço contratual ser inferior a 200.000,00€.

Programa do Procedimento

“Requalificação do edifício da Torre do Relógio – Antigos Paços do Concelho”



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

16

3 – O preço base do procedimento é de **650.000,00€ (seiscentos e cinquenta mil Euros)**, nos termos do artigo 47.º do CCP.

4 – O prazo de execução da empreitada é de **360 (trezentos e sessenta) dias**.

Cláusula 11.ª

Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente em caso de adjudicação

1 – O adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP (ver modelo da declaração em anexo), assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Certidão Permanente;
- c) Declaração a mencionar o outorgante do contrato e, respetiva documentação de identificação da pessoa (cartão do cidadão ou, bilhete de identidade e contribuinte, cópia com o consentimento do titular);
- d) Registo criminal da entidade e do titular, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência da entidade conforme previsto nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- e) Declaração emitida pela Repartição de Finanças, comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa, emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
- g) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto);
- h) Indicação do número do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas, para posterior consulta no site do IMPIC.

2 – O prazo para o adjudicatário apresentar os documentos solicitados no número anterior será de **5 (cinco)** dias após a notificação da adjudicação, sendo aplicável o disposto no artigo 86.º do CCP.

Em tudo o omissso deve-se observar o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Mora, setembro de 2020,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

O Presidente da Câmara Municipal de Mora,

(Luís Simão Duarte de Matos)



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

13

ANEXO A

PROPOSTA

A empresa «Designação do concorrente», NIPC «número», com sede «sede», titular do alvará de construção emitido pelo IMPIC com o número «número»-PUB, válido até «data, formato: dd-mm-aaaa», representada por «nome completo», cartão do cidadão «número completo», válido até «data, formato: dd-mm-aaaa», número de identificação de pessoa coletiva (ou, número identificação fiscal) «número», na qualidade de representante legal, tendo tomado conhecimento dos elementos que constituem o processo de concurso para a execução da empreitada com a designação de “«**designação da empreitada**»”, cuja referência é «**referência da empreitada**», abriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas, o que faz pelo preço global fixo de «montante em numeração e por extenso, valor EURO» não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

V



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

ANEXO B

MODELO DA GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO

[a que se refere o artigo 90.º do CCP]

Em nome e a pedido de ...(Adjudicatário), vem o(a) ...(instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mora, uma garantia bancária / seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de ...(por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ...(identificação do procedimento), nos termos dos n.os 6, 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do Artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO I do CCP

MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A do CCP, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

15



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II do CCP

MODELO DA DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

